

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ/ES

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2023



AUDITOR PÚBLICO INTERNO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto contextualiza as questões de 01 a 09. Leia-o atentamente.

Você é um número

Se você não tomar cuidado vira um número até para si mesmo. Porque a partir do instante em que você nasce classificam-no com um número. Sua identidade no Félix Pacheco é um número. O registro civil é um número. Seu título de eleitor é um número. Profissionalmente falando você também é. Para ser motorista, tem carteira com número, e chapa de carro. No imposto de renda, o contribuinte é identificado com um número. Seu prédio, seu telefone, seu número de apartamento – tudo é número.

Se é dos que abrem crediário, para eles você também é um número. Se tem propriedades, também. Se é sócio de um clube tem um número. Se é imortal da Academia Brasileira de Letras tem número da cadeira.

É por isso que vou tomar aulas particulares de matemática. Preciso saber das coisas. Ou aulas de física. Não estou brincando: vou mesmo tomar aulas de matemática, preciso saber alguma coisa sobre cálculo integral.

Se você é comerciante, seu alvará de localização o classifica também.

Se é contribuinte de qualquer obra de beneficência também é solicitado por um número. Se faz viagem de passeio ou de turismo ou de negócio recebe um número. Para tomar um avião, dão-lhe um número. Se possui ações também recebe um, como acionista de uma companhia. É claro que você é um número no recenseamento. Se é católico recebe um número de batismo. No registro civil ou religioso você é numerado. Se possui personalidade jurídica tem. E quando a gente morre, no jazigo, tem um número. E a certidão de óbito também.

Nós não somos ninguém? Protesto. Aliás é inútil o protesto. E vai ver meu protesto também é número.

A minha amiga contou que no Alto do Sertão de Pernambuco uma mulher estava com o filho doente, desidratado, foi ao posto de saúde. E recebeu a ficha com o número 10. Mas dentro do horário previsto pelo médico a criança não pôde ser atendida porque só atenderam até o número 9. A criança morreu por causa de um número. Nós somos culpados.

Se há uma guerra, você é classificado por um número. Numa pulseira com placa metálica, se não me engano. Ou numa corrente de pescoço, metálica.

Nós vamos lutar contra isso. Cada um é um, sem número. O si-mesmo é apenas o si-mesmo.

E Deus não é número.

Vamos ser gente, por favor. Nossa sociedade está nos deixando secos como um número seco, como um osso branco seco posto ao sol. Meu número íntimo é nove. Só. Oito. Só. Sete. Só. Sem somá-los nem transformá-los em novecentos e oitenta e sete. Estou me classificando como um número? Não, a intimidade não deixa. Veja, tentei várias vezes na vida não ter número e não escapei. O que faz com que precisemos de muito carinho, de nome próprio, de genuinidade. Vamos amar que amor não tem número. Ou tem?

(LISPECTOR, Clarice. Todas as crônicas. 2018.)

Questão 01

Segundo o texto, o problema principal de se tornar um número é:

- A) Contribuir para que o caos social seja instalado e mantido.
- B) Ter comprometida sua identidade como pessoa, ser humano.
- C) A exclusão de indivíduos cujo domínio matemático foge ao padrão esperado.
- D) Fortalecer a dinâmica social da importância exagerada atribuída aos números.

Questão 02

A forma como a autora estabelece a interlocução com o leitor demonstra que utiliza como estratégia:

- A) Um discurso impositivo e infesto acerca das ações necessárias a serem realizadas pelo leitor como cidadão pertencente à sociedade.
- B) O reconhecimento explícito e exposto no texto de que o leitor é fundamental no processo de criação de todo e qualquer tipo textual, assim como de todo e qualquer gênero textual.
- C) Comprometimento explícito com situações vividas pelo leitor, de modo a assegurar-lhe suporte para realização de ações que possibilitem transformações mediante o cenário apresentado.
- D) Explícita abordagem ao leitor, indicando tal interlocução. Escolha linguística indicativa de que há determinada consideração do leitor como agente participativo e, por isso mesmo, tem como função o despertar para a leitura.

Questão 03

Ao estruturar a frase *“No imposto de renda, o contribuinte é identificado com um número.”* (1º§) na voz passiva, a autora obtém como efeito sintático:

- A) Exposição explícita do agente da ação expressa.
- B) Omissão do paciente da ação verbal, de forma intencional.
- C) Impossibilidade de que tal estrutura seja expressa pela correspondente ativa.
- D) Atribuição ao paciente da ação verbal, de forma explícita, o papel de sujeito da oração.

Questão 04

Considerando o emprego do termo *“se”*, é possível identificar e reconhecer no texto várias ocorrências, demonstrando seu uso. Sobre tal afirmativa, está correto o indicado em:

- A) O efeito discursivo provocado pelo emprego do *“se”*, no texto, demonstra um aspecto hipotético impositivo.
- B) A repetição do termo *“se”* tem como finalidade enfatizar e reforçar a ideia expressa diante dos fatos mencionados.
- C) A conjunção *“se”* poderia ser substituída no texto por *“embora”* sem que haja prejuízo de sentido, realizadas as devidas alterações estruturais.
- D) O emprego insistente do termo *“se”* no texto tem a função de indicar as consequências possíveis da presença dos números na vida das pessoas.

Questão 05

Em *“Nossa sociedade está nos deixando secos como um número seco, como um osso branco seco posto ao sol.”* (11º§), é possível reconhecer o emprego da forma nominal do verbo *“deixar”*. Assinale a reescrita do segmento em que tal forma foi devidamente substituída, mantendo-se a correção semântica e gramatical.

- A) *“Nossa sociedade nos deixa secos como um número seco, como um osso branco seco posto ao sol.”*
- B) *“Nossa sociedade nos deixaria secos como um número seco, como um osso branco seco posto ao sol.”*
- C) *“Nossa sociedade nos deixaria, assim, secos como um número seco, como um osso branco seco posto ao sol.”*
- D) *“Nossa sociedade, pois, está nos deixando secos como um número seco, como um osso branco seco posto ao sol.”*

Questão 06

“Se você não tomar cuidado vira um número até para si mesmo. Porque a partir do instante em que você nasce classificam-no com um número.” (1º§) O complemento verbal destacado foi empregado INCORRETAMENTE apenas em:

- A) Não recebeu-o do fornecedor em tempo hábil.
- B) Ela revelou-no todos os detalhes relativos à investigação.
- C) Sabe aquele livro? Entreguei-o depois de um longo período.
- D) Convidei-o para a festa em homenagem aos vencedores do concurso.

Questão 07

O segmento a seguir mostra uma ocorrência de pronome demonstrativo: *“Nós vamos lutar contra isso.”* (9º§) Sobre tal emprego, pode-se afirmar que:

- A) Tal pronome é uma referência à informação posterior: *“o si-mesmo”*.
- B) O pronome indica o motivo da luta ser necessária diante dos fatos mencionados.
- C) A luta citada é contra a ideia de qualquer tipo de protesto, já que *“o protesto é inútil”*.
- D) Como elemento de coesão textual, o pronome demonstrativo provoca a manutenção do referente.

Questão 08

Considerando o trecho destacado a seguir: *“É por isso que vou tomar aulas particulares de matemática. Preciso saber das coisas. Ou aulas de física. Não estou brincando: vou mesmo tomar aulas de matemática, preciso saber alguma coisa sobre cálculo integral.”* (3º§), pode-se afirmar que:

- A) A partir da concepção da autora, a matemática é vista como a responsável pelas questões apresentadas anteriormente.
- B) Há, no discurso proferido, efeito de sentido irônico com a finalidade de produção de posicionamento crítico mediante a situação apresentada anteriormente.
- C) Diante da situação expressa anteriormente, a autora encontra-se em um dilema acerca da necessidade de conhecer com maior profundidade sobre os números e sua utilidade.
- D) Embora haja a consciência plena da necessidade de utilização dos números por parte da autora, ela reconhece sua total incapacidade diante de tal emprego nas situações por ela mencionadas.

Questão 09

“Nós não somos ninguém? Protesto. Aliás é inútil o protesto. E vai ver meu protesto também é número. (6º§)

A minha amiga contou que no Alto do Sertão de Pernambuco uma mulher estava com o filho doente, desidratado, foi ao Posto de Saúde. E recebeu a ficha com o número 10. Mas dentro do horário previsto pelo médico a criança não pôde ser atendida porque só atenderam até o número 9. A criança morreu por causa de um número.” (7º§)

Considerando o contexto e os elementos destacados anteriormente, assinale a alternativa cuja expressão como sugestão de substituição está incorretamente indicada.

- A) Aliás = por isso.
- B) Porque = já que.
- C) Mas = entretanto.
- D) Por causa de = devido a.

Questão 10

Sabendo-se que a utilização do e-mail tornou-se prática comum, com a evolução dos meios de comunicação tecnológicos, analise as assertivas a seguir.

- I. Como gênero textual, o e-mail pode ser considerado um documento oficial, assim como o ofício.
- II. O e-mail (correio eletrônico) é uma ferramenta de comunicação aceita, não só em âmbito privado, mas também na Administração Pública.
- III. Como trata-se de um gênero textual virtual, a linguagem utilizada não está presa necessariamente a padrões utilizados em uma comunicação oficial, em qualquer situação que seja.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

A folha de papel A4 tem metade da área de uma folha A3 e o dobro da área de uma folha A5. Isso porque todos os tamanhos de folhas “A” são derivados da folha A0, que possui 1 m². As folhas derivadas possuem metade da área da folha com uma unidade a mais no nome. Sendo assim, mantendo-se essa relação de áreas até a folha A10, qual é a razão entre a área das folhas A4 e A10?

- A) 32.
- B) 64.
- C) 512.
- D) 1024.

Questão 12

Após passar um dia inteiro em um pomar, José constatou que 2 em cada 10 goiabas que ele pegava não estavam boas para o consumo. Tendo em vista esta informação, se José subir em uma goiabeira deste pomar e pegar 5 goiabas, a probabilidade de ele pegar apenas uma goiaba estragada está compreendida entre:

- A) 9,99% e 29,99%.
- B) 30,00% e 39,99%.
- C) 40,00% e 49,99%.
- D) 50,00% e 60,00%.

Questão 13

Considere a seguinte sentença:

“Nenhum pintor brasileiro produziu obra de arte valiosa”.

Se o valor lógico da sentença apresentada é falso, qual alternativa é verdadeira?

- A) Algum pintor brasileiro produziu obra de arte valiosa.
- B) Nenhum pintor estrangeiro produziu obra de arte valiosa.
- C) Todos os pintores brasileiros produziram obra de arte valiosa.
- D) Pelo menos um pintor estrangeiro produziu obra de arte valiosa.

Questão 14

Joana possui dois *smartphones* idênticos, pois os utiliza como ferramenta de trabalho e não pode ficar sem bateria. Certo dia, quando um dos aparelhos marcava um nível de bateria de 10%, ela o colocou para recarregar e imediatamente começou a utilizar o outro *smartphone*, que marcava 80% do nível de bateria. Sabe-se que o celular que estava sendo carregado precisa de 150 minutos para terminar de completar a carga e que o outro aparelho em uso irá gastar 1 hora e 40 minutos para terminar de descarregar completamente. Assim, a partir do momento em que Joana troca de aparelho, os dois atingirão o mesmo nível de bateria simultaneamente quando estiverem marcando:

- A) 35%.
- B) 40%.
- C) 45%.
- D) 50%.

Questão 15

Determinado professor desafiou seus alunos do curso de matemática a construir um triângulo retângulo de área 54 cm² utilizando três varas de madeira com 15 cm cada. Nesse desafio, até duas das varas podem ser cortadas para que seu tamanho seja reduzido, devendo descartar-se um dos pedaços das varas cortadas, pois estes pedaços não podem ser colados para construir um lado do triângulo. Dessa forma, para que seja possível a construção da figura proposta pelo professor, os alunos devem descartar um comprimento total dessas varas de madeira correspondente a:

- A) 3 cm.
- B) 4 cm.
- C) 6 cm.
- D) 9 cm.

INFORMÁTICA

Questão 16

A Unidade Central de Processamento (*Central Processing Unit, CPU*) é a parte do computador que interpreta e leva as instruções contidas no *software*. Sobre as unidades que compõem uma CPU, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Unidade de controle: é responsável por controlar e supervisionar todo o sistema de processamento.
- B) Unidade lógica e aritmética: é responsável por efetuar operações lógicas e aritméticas nos dados lidos.
- C) Unidade lógica e aritmética: realiza operações de soma, subtração, multiplicação; no entanto, não é capaz de testar algumas condições de processamento com os dados lidos.
- D) Unidade de controle: executa os comandos que envolvem o controle das unidades de entrada e a transferência dos dados para a memória, sendo os dados computados transferidos para as unidades de saída.

Questão 17

No *Microsoft Office Word*, a barra de *menu* permite ao usuário acessar as opções do *menu* do respectivo programa referente à tarefas específicas. Assinale a alternativa que permite ao usuário salvar um documento *Word*, via atalho do teclado, sem acessar as opções da barra de *menu*.

- A) CTRL + A
- B) CTRL + B
- C) CTRL + O
- D) CTRL + P

Questão 18

No *Microsoft Office Excel*, as funções E e OU são definidas como funções lógicas porque retornam como saída na célula. Em relação às funções E e OU do *Microsoft Office Excel*, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A função E pode receber vários parâmetros e retornará como saída verdadeira somente se todos os parâmetros tiverem sido verificados como verdadeiros.
- () A função OU retorna verdadeira quando, pelo menos, um dos parâmetros é avaliado como verdadeiro.
- () A única forma da função OU retornar falsa é quando todos os seus parâmetros são falsos.

A sequência está correta em

- A) F, F, F.
- B) F, V, F.
- C) V, F, V.
- D) V, V, V.

Questão 19

O sistema operacional de um computador pode ser definido como um programa ou um conjunto de programas cuja função principal é gerenciar os recursos do computador. Sobre as características do sistema operacional de um computador, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O sistema operacional pode ser visto como uma camada entre o *hardware* e os aplicativos.
- B) O sistema operacional define qual programa tem prioridade de uso do processador por meio do gerenciamento do processador.
- C) O sistema operacional tem acesso completo à memória lógica e física do sistema, permitindo que os processos dos usuários tenham acesso seguro quando fazem solicitação de alocação de memória.
- D) O primeiro programa que o computador executa no momento que é ligado chama-se *bootstrapping*. Esse programa funciona apenas durante o início do carregamento do sistema operacional, sendo desativado após o sistema operacional estar em funcionamento.

Questão 20

Um modelo de dados ou modelo de um banco de dados trata-se de uma descrição dos tipos de informações que estão armazenadas em um banco de dados. Considere os dois níveis de abstração de modelo de dados, modelo conceitual e modelo lógico, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O modelo conceitual mostra que os dados podem aparecer no banco de dados, mas não informa como estes dados estão armazenados a nível físico no banco de dados.
- () O diagrama Entidade-Relacionamento (ER) é utilizado para descrever um banco de dados independente da implementação no SGBD. Esse diagrama é utilizado no nível de abstração do modelo lógico.
- () O modelo lógico é uma descrição de um banco de dados no nível de abstração visto pelo usuário do banco de dados.

A sequência está correta em

- A) F, F, F.
- B) F, V, F.
- C) V, F, V.
- D) V, V, V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 21

A autoridade municipal competente instaurou um processo administrativo disciplinar para apurar a conduta funcional da servidora pública Sílvia que, segundo denúncia escrita apresentada por um cidadão, teria incorrido em infração administrativa capitulada no respectivo estatuto dos servidores públicos do Município X. Durante a instrução, chegou ao conhecimento da autoridade municipal que no *e-mail* privado de Sílvia havia comunicações que comprovavam o envolvimento dela em atos ilícitos. Certo dia, ao sair para o almoço, Sílvia acabou esquecendo em sua mesa de trabalho a agenda pessoal, onde constava a anotação de sua conta de *e-mail* e respectiva senha. Aproveitando a oportunidade, a autoridade verifica a agenda de Sílvia e consegue acessar o *e-mail* da servidora a partir da anotação ali constante. Ao verificar as correspondências recebidas pela servidora, a autoridade conseguiu obter prova da infração apurada no processo administrativo. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a prova obtida pela autoridade municipal:

- A) É ilícita, pois violou as comunicações pessoais de Sílvia.
- B) Poderá ser utilizada no âmbito do processo administrativo, desde que haja a convalidação do ato por parte de uma autoridade judiciária.
- C) Poderá ser utilizada somente no âmbito do processo administrativo, sendo vedada a utilização da mesma prova no âmbito de eventual processo judicial.
- D) É lícita, pois a autorização judicial prévia para a violação das comunicações pessoais é necessária tão somente no âmbito de processos penais ou nos casos de investigação criminal.

Questão 22

Para a realização da construção de uma escola pública municipal, Daniel elaborou o projeto arquitetônico e a planilha orçamentária detalhada. Nesse sentido, considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que Daniel participou da elaboração do

- A) anteprojeto.
- B) projeto básico.
- C) projeto executivo.
- D) estudo técnico preliminar.

Questão 23

O Município X, através da edição da Lei nº 001/2023, disciplinou sobre regras gerais atinentes à proteção e tratamento de dados pessoais nos meios digitais, incluindo a responsabilização pelo tratamento indevido de dados pessoais realizados por pessoa natural para fins, exclusivamente, particulares e não-econômicos. Considerando a situação hipotética narrada, é correto afirmar que o Município X:

- A) Não tem competência para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.
- B) Possui competência concorrente com a União e os Estados para legislar sobre o tema, no tocante a questões de interesse local.
- C) Poderá legislar para suplementar a legislação federal, desde que haja lei complementar federal autorizando os Municípios a assim procederem.
- D) Tem competência para legislar sobre questões específicas a respeito da proteção e tratamento de dados pessoais, a exemplo daqueles realizados por pessoa natural para fins, exclusivamente, particulares.

Questão 24

Tendo em vista as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, analise as afirmativas a seguir.

- I. Considerando a situação econômica do réu, o juiz poderá aumentar em até cinco vezes a penalidade de multa.
- II. As sanções relativas ao perdimento de bens e de pagamento de multa poderão ser executadas antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- III. Para os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, poderá o responsável ser condenado à suspensão dos direitos políticos pelo período de cinco a oito anos.
- IV. O responsável por ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito poderá ser condenado à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos por até quatorze anos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) IV.
- C) I e III.
- D) II e IV.

Questão 25

Composto de onze Ministros, o Supremo Tribunal Federal (STF) é o órgão do Poder Judiciário que tem como principal função a guarda da Constituição. Dentre as competências originárias do STF, está a de processar e julgar

- A) a homologação de sentença estrangeira.
- B) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- C) os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado.
- D) o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 26

A Lei Orgânica do Município (conforme Emenda Revisional 01/2014) dispõe que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Sobre o tema em comento, analise as afirmativas a seguir.

- I. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assumira obrigações de natureza pecuniária.
- II. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal serão, semestralmente, julgadas pela Câmara no período de trinta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência.
- III. As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, sendo defeso ao Município suplementar essas contas, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.

Questão 27

A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos nas formas de direito financeiro e nos preceitos da Lei Orgânica do Município; pertencem ao Município:

- A) Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto Estadual sobre propriedade de veículos automotores licenciados em seu território.
- B) Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados.
- C) Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- D) O produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir e manter.

Questão 28

Considerando o Decreto Municipal nº 1.628/2021, sobre os princípios fundamentais a serem observados pelos agentes públicos do Município de Santa Maria de Jetibá, no exercício do seu cargo ou função, relacione adequadamente as colunas a seguir.

- 1. Competência.
- 2. Moralidade.
- 3. Ética.
- 4. Imparcialidade.

- () Os agentes públicos devem abster-se de tomar partido em suas atividades de trabalho, desempenhando suas funções de forma profissional, com neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica.
- () Os agentes públicos deverão prezar pelo equilíbrio entre a legalidade e a finalidade. Respeitar os princípios éticos da razoabilidade e justiça na conduta do agente público, que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- () O agente público deve buscar a excelência no exercício de suas atividades, mantendo-se atualizado quanto aos conhecimentos e informações necessárias, de forma a obter os resultados esperados pela sociedade.
- () Os agentes públicos não poderão jamais desprezar este elemento de sua conduta. Não terão que decidir somente entre o ilegal e o ilegal; o justo e o injusto; o conveniente e o inconveniente; o oportuno e o inoportuno; mas, principalmente, entre o honesto e o desonesto, consoante às regras contidas no Art. 37, *caput* e Art. 4º da Constituição Federal.

A sequência está correta em

- A) 4, 2, 1, 3.
- B) 2, 1, 3, 4.
- C) 1, 3, 2, 4.
- D) 3, 4, 2, 1.

Questão 29

Joaquim logrou aprovação no concurso público para a prefeitura municipal de Santa Maria de Jetibá e estava inteirando-se sobre o Decreto Municipal nº 1.628/2021, quando se deparou com as seguintes afirmações:

- I. Pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou aceitar para si ou para outrem, qualquer tipo de ajuda financeira, presente, gratificação, prêmio, comissão doação, empréstimo pessoal ou vantagem de qualquer espécie para influenciar ou deixar de fazer algo no exercício de seu cargo, emprego ou função pública ou para influenciar outro agente para o mesmo fim.
- II. Manter sob sigilo dados e informações de natureza confidencial obtidas no exercício de suas atividades ou, ainda, de natureza pessoal de colegas e subordinados que só a eles digam respeito, as quais, porventura, tenha acesso em decorrência do exercício profissional, informando a chefia imediata ou a autoridade responsável quando tomar conhecimento de que assuntos sigilosos estejam ou venham a ser revelados.
- III. Adotar qualquer conduta que interfira no desempenho do trabalho ou que crie ambiente hostil, ofensivo ou com intimidação, tais como ações tendenciosas geradas por simpatias, antipatias ou interesses de ordem pessoal, sobretudo, e, especialmente, o assédio sexual de qualquer natureza ou o assédio moral, no sentido de desqualificar outros, por meio de palavras, gestos ou atitudes.
- IV. Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder de que tenha tomado conhecimento, indicando elementos de prova, para efeito de apuração em processo apropriado.

É vedado ao agente público de Santa Maria de Jetibá o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.

Questão 30

Tendo em vista o processo legislativo da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, é correto afirmar que a elaboração de emendas à Lei Orgânica Municipal se dará por meio de

- A) iniciativa do judiciário municipal.
- B) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- C) proposta expressa no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.
- D) voto em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovação por metade mais um dos membros da Câmara Municipal.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 31

Tomando como base as jurisprudências do Supremo Tribunal Federal, a respeito da responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. Aplica-se igualmente ao Estado a prescrição do Art. 927, parágrafo único, do Código Civil, de responsabilidade civil objetiva por atividade naturalmente perigosa, irrelevante seja a conduta comissiva ou omissiva.
- II. Conforme a jurisprudência do STJ, a violação das regras protetivas do meio ambiente atrai a responsabilidade objetiva, informada pela teoria do risco integral, com presunção do prejuízo causado ao meio ambiente (dano *in re ipsa*), ensejando o dever de indenizar.
- III. A demora injustificada da Administração em analisar o pedido de aposentadoria gera o dever de indenizar o servidor, que foi obrigado a continuar exercendo suas funções de maneira compulsória.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.

Questão 32

Olívia, em seus estudos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, deparou-se com as seguintes afirmações:

- I. O Relatório Resumido de Execução Orçamentária conterà, dentre outros, comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar da despesa total com pessoal, distinguindo-a com inativos e pensionistas.
- II. A verificação ao final do bimestre de que a receita realizada não oferece supedâneo para a meta de resultado planejada, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é conteúdo regulado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, que contém o anexo de metas fiscais e estipula os critérios para a limitação do empenho.
- III. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que a escrituração e consolidação das contas observará a despesa e a assunção de compromisso que serão registradas segundo o regime de caixa.
- IV. Embora o conceito de dívida pública consolidada, para fins de acompanhamento do seu limite, considere em geral as operações de crédito com amortização em prazo superior a doze meses, deve-se incluir no conceito aquelas com prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Das afirmativas anteriores apuradas por Olívia, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.

Questão 33

Determinado ente público decidiu instituir uma tributação sobre o uso das piscinas públicas com o objetivo de cobrir as despesas inerentes à manutenção delas. O objetivo era relacionar os usuários do ente público aos benefícios da utilização das piscinas no verão; desse modo, a tributação seria, na medida do possível, proporcional aos benefícios usufruídos pelos banhistas. Considerando as disposições sobre os princípios do sistema tributário nacional, a situação apresentada guarda relação com a tentativa de aplicação do Princípio do(a):

- A) Benefício.
- B) Legalidade.
- C) Anterioridade.
- D) Não-Confisco e Capacidade Contributiva.

Questão 34

A dívida ativa é a expressão que representa os créditos que o ente federativo tem a receber, que são a ele devidos. Esta dívida ativa é, ainda, subdividida em dívida ativa não-tributária – valores que não são tributos, tais como *royalties*, preços públicos, tarifas de energia ou água etc; e dívida ativa tributária representada por valores tributários que são devidos ao fisco do ente público, tais como impostos, taxas e contribuições de melhoria. Sobre o tema em voga, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A dívida ativa é contabilizada no ativo financeiro da Fazenda Pública, uma vez que representa uma fonte potencial de recursos que pode ser recuperada no futuro.
- () Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.
- () Constitui dívida ativa a despesa pública devidamente empenhada, mas não paga ou cancelada.
- () A receita da dívida ativa abrange créditos tributários e não tributários, sem o acréscimo de atualização monetária, multa e juros de mora, os quais serão contabilizados em rubricas próprias.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, F.
- B) F, V, F, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, F, V, F.

Questão 35

Sobre os princípios do Sistema Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir.

- I. Segundo o princípio da razoabilidade fiscal, cada cidadão deve contribuir com o financiamento do Estado na estrita medida de sua condição econômica. A Constituição Federal consagrou-o no Art. 145, §1º, da CF/1988, quando assim estabeleceu: “sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e, nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte”.
- II. O Princípio do Benefício estabelece que cada indivíduo deveria ser tributado de forma proporcional aos benefícios que recebe do Estado.
- III. O Princípio da Função Social é considerado o mais importante do ponto de vista da justiça fiscal e o mais negligenciado na condução da política tributária. Como o mercado privado falha em assegurar uma distribuição de renda igualitária, o Estado tem o papel fundamental de atuar, corrigindo tal falha, com vistas a buscar maior equidade. E uma forma de se fazer isso é utilizar-se de mecanismos de redistribuição de renda via elevação da tributação para os que podem pagar mais, e desonerações para os mais pobres.

Está INCORRETO o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 36

Tendo em vista as disposições constitucionais a respeito das atribuições do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal, bem como quando a lei federal der interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.
- II. Ao Superior Tribunal de Justiça compete julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.
- III. Compete ao Supremo Tribunal de Justiça precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo desta Constituição; declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição; julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 37

Tendo como fulcro a intervenção do Estado na propriedade e no domínio econômico, analise as situações hipotéticas a seguir.

- I. Em caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular assegurando ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- II. O uso da requisição administrativa de bem imóvel da União, assegurando-lhe indenização ulterior, se houver dano em caso de comprovado iminente perigo público, consistente em alagamento decorrente de fortes e extraordinárias chuvas, por meio de sua autoridade competente é inviável, pois ofende o princípio federativo a requisição de bens de um ente federativo por outro, o que somente se admitiria à União, de forma excepcional, durante a vigência das medidas excepcionais de estado de defesa e estado de sítio.
- III. A servidão por passagens de fios e cabos sob o imóvel trata-se da servidão administrativa que difere das demais modalidades de intervenção na propriedade e iguala-se a limitação administrativa, que impõe sacrifício ordinário ao proprietário ensejando direito à indenização.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 38

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG – Estrutura Conceitual, do Conselho Federal de Contabilidade, aborda os conceitos básicos a serem observados na elaboração das demonstrações financeiras no Brasil. Com base em suas disposições, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Para o reconhecimento de um ativo no Balanço Patrimonial da entidade que reporta, não se faz necessário que esta detenha sua propriedade legal.
- B) Prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados.
- C) A finalidade principal da elaboração das demonstrações contábeis é o fornecimento de informações para os agentes governamentais encarregados da arrecadação tributária, a fim de averiguar a correção da base de cálculo dos tributos a que estão sujeitas as entidades que reportam.
- D) O regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente.

Questão 39

Em 02/01/2022, uma entidade contrata um seguro para sua frota de veículos, para cobertura de eventuais sinistros, pagando um prêmio total de R\$ 105.000,00. A vigência da apólice é de 60 meses, com início imediato. Considerando estas informações, é correto afirmar que o saldo da conta “Prêmios de Seguros a Apropriar”, do Ativo Circulante, em 31/12/2022, será:

- A) Credor, no valor de R\$ 18.000,00.
- B) Devedor, no valor de R\$ 21.000,00.
- C) Credor, no valor de R\$ 21.000,00.
- D) Devedor, no valor de R\$ 24.000,00.

Questão 40

Acerca dos instrumentos de planejamento governamental previstos no atual ordenamento jurídico, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () No âmbito municipal, os Projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual são de competência compartilhada entre os Chefes dos Poderes, em respeito ao Princípio da Autonomia Administrativa.
- () A Lei Orçamentária Anual compreenderá o Orçamento Fiscal, o Orçamento de Investimento das empresas em que o Poder Público detenha a maioria do capital social com direito a voto e o Orçamento da Seguridade Social, que abrange as receitas e despesas relacionadas à garantia dos direitos à saúde, previdência e assistência social.
- () Diante de situações de calamidade pública ou guerra iminente, a Lei Orçamentária Anual poderá consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material e serviços de terceiros.

A sequência está correta em

- A) F, V, V.
- B) V, V, F.
- C) F, V, F.
- D) V, F, V.

Questão 41

Suponha que determinado Município tenha arrecadado uma Receita Corrente Líquida de R\$ 1.800.000,00 no exercício de 2022. No mesmo ano, a Despesa Total com Pessoal (DTP) do Poder Executivo importou em R\$ 1.008.000,00 e a do Poder Legislativo, em R\$ 90.000,00. Com base nos dados informados, é correto concluir que

- A) ambos Poderes, Executivo e Legislativo, estão abaixo do limite individual de DTP permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- B) ambos Poderes, Executivo e Legislativo, ultrapassaram o limite individual de DTP permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- C) o ente municipal consolidado ultrapassou o limite máximo de DTP permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal no exercício de 2022, por conta da DTP do Poder Executivo.
- D) o ente municipal consolidado ultrapassou o limite máximo de DTP permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal no exercício de 2022, por conta da DTP do Poder Legislativo.

Questão 42

Com fundamento na vigente normatização, assinale a afirmativa correta no que diz respeito às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

- A) No Balanço Orçamentário, os estágios de execução da receita e da despesa orçamentárias serão evidenciados pela classificação por fonte e destinação de recursos.
- B) No Balanço Patrimonial, o Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- C) A Demonstração das Variações Patrimoniais não deve evidenciar as variações cambiais sobre direitos a receber, uma vez que são fatos independentes da execução orçamentária.
- D) O Balanço Patrimonial deverá apresentar o Quadro Principal, o Quadro dos Ativos Financeiros e Permanentes, o Quadro das Contas de Compensação e o Quadro do *Superávit/Deficit* Financeiro.

Questão 43

1. Na etapa de planejamento dos trabalhos, o auditor examina o saldo contábil da conta de investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial no exercício de 2022 em comparação com 2021 e verifica que este se manteve inalterado, em que pese a companhia investida ter apresentado lucro expressivo no exercício.
2. Ele então envia um *e-mail* ao contador da empresa auditada, questionando sobre o assunto e o mesmo lhe informa que esqueceu de registrar a receita de equivalência patrimonial.

Nos termos das normas vigentes, os procedimentos de auditoria descritos em 1 e 2 são denominados, respectivamente:

- A) Recálculo e indagação.
- B) Inspeção e questionário.
- C) Procedimento analítico e indagação.
- D) Exame analítico e confirmação externa.

Questão 44

As Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) adotam como base As Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI, na sigla em inglês). Dessa forma, com fundamento na NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) As auditorias devem ser conduzidas de forma a reduzir o risco de auditoria a um nível nulo. O risco da auditoria é o risco de que o relatório de auditoria – ou especificamente a conclusão ou opinião do auditor – possa ser inadequado às circunstâncias da auditoria.
- B) Determinar a materialidade é uma questão de julgamento profissional e depende da interpretação do auditor sobre as necessidades dos usuários. Uma questão pode ser julgada material se o seu conhecimento é suscetível de influenciar as decisões dos usuários previstos.
- C) Julgamento e ceticismo profissionais são usados durante todo o processo de auditoria de conformidade para avaliar os elementos da auditoria, o objeto, a adequação dos critérios, o escopo da auditoria, o risco, a materialidade e os procedimentos de auditoria a serem usados em resposta aos riscos definidos.
- D) O auditor é responsável pela realização da auditoria e deve implementar procedimentos de controle de qualidade durante todo o processo de auditoria, visando assegurar que a auditoria seja realizada em conformidade com as normas aplicáveis e que o relatório, a conclusão ou a opinião de auditoria sejam apropriados, dadas as circunstâncias.

Questão 45

Os créditos adicionais são ferramentas que permitem retificar o planejamento orçamentário ou adequá-lo a mudanças inesperadas. Dentre suas modalidades, uma é destinada a inserir na Lei Orçamentária Anual dotações não fixadas no projeto original, ante o surgimento de situações imprevistas. Trata-se do crédito adicional:

- A) Especial.
- B) Incremental.
- C) Suplementar.
- D) Complementar.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório, constituída de 1 (uma) questão discursiva ou estudo de caso versando sobre temas relacionados aos conhecimentos específicos. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverão ser observados os limites mínimos de 15 (quinze) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de 0,5 (zero vírgula cinco) ponto a cada linha abaixo do limite mínimo exigido. As linhas que excederem ao limite máximo serão desconsideradas para fins de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrito em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Para efeito de pontuação serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	14 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	6 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir: 1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,2 ponto, até o limite de 6 pontos. 2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com, no mínimo, duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos. 3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Um Município de médio porte adotou o Modelo das Três Linhas de Defesa em, 2013, elaborado pelo IIA, utilizando a seguinte distribuição:

- 1ª linha de defesa – Funções de Gerenciamento e Propriedade sobre os Riscos: executadas pelos departamentos municipais designados como responsáveis pela execução das atividades diárias.
- 2ª linha de defesa – Funções de Controle Interno e Gestão de Riscos: executadas pelo criado setor de controle interno.
- 3ª linha de defesa – Funções de Auditoria Interna: fornecimento de informações objetivas e independentes.

Após a atualização do Modelo das Três Linhas pelo IIA, em 2020, passou a se adaptar ao mesmo, em atendimento às dinâmicas do mercado global e às expectativas crescentes dos *Stakeholders*.

Considerando o contexto apresentado:

- A) Aponte e explique as principais alterações do modelo de 2013 em relação ao de 2020 no que tange à flexibilidade das funções definidas pelas linhas; relacionamento com os *Stakeholders*; cultura organizacional.
- B) Explique quais são os papéis de cada linha e por qual nível hierárquico/função passaram a ser desempenhados no modelo de 2020.

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível fundamental incompleto e completo, nível médio e nível técnico; 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior; e, uma Prova Discursiva para os cargos de Auditor Fiscal de Tributos Municipais e Auditor Público Interno – todas as especialidades).
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Auditor Fiscal de Tributos Municipais e Auditor Público Interno – todas as especialidades) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 3 (três) horas para todos os cargos, exceto para os cargos de Auditor Fiscal de Tributos Municipais e Auditor Público Interno (todas as especialidades), cuja prova terá duração de 4 (quatro) horas. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Auditor Fiscal de Tributos Municipais e Auditor Público Interno – todas as especialidades).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Auditor Fiscal de Tributos Municipais e Auditor Público Interno – todas as especialidades) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.